

Adusp

INFORMATIVO

Processo sucessório acentua necessidade de democratizar a USP

A sucessão na Reitoria da USP ganhou um destaque inédito neste ano, tanto nos veículos de comunicação internos à universidade quanto nos jornais e revistas da chamada grande mídia. Entretanto, essa mídia pouco ou nada noticiou a votação democrática promovida pela Adusp.

Nos eventos ocorridos nos vários *campi* da universidade por conta do processo sucessório, os grandes debates giraram em torno da democratização da USP, das eleições diretas para reitor(a), do ensino à distância, da reforma da carreira docente, do financiamento da permanência estudantil e de outros temas que fazem parte da pauta de lutas do movimento docente, estudantil e dos funcionários.

Todas essas questões foram tratadas nos dois debates promovidos pela Adusp e nas manifestações dos candidatos a reitor(a) publicadas nas últimas edições deste *Informativo*. Estes temas também estiveram em destaque nos debates promovidos nas Congregações e em órgãos da mídia. Assim, atuaremos no sentido de pressionar a próxima gestão da Reitoria para que essas questões venham a ser aprofundadas e encaminhadas, de forma ampla e democrática.

Diferentemente do que ocorre nas outras duas universidades estaduais paulistas, onde o resultado de uma consulta oficial a toda a comunidade tem sido aca-

Tabela 1 – distribuição dos docentes por categoria e participação no Colégio Eleitoral (1º turno)

	Porcentagem de docentes por categoria na USP*	Porcentagem de docentes por categoria no "colegião"
MS-6	18,6	51,1
MS-5	25,4	29
MS-3	53	18,6
MS-2	2,7	1,1
MS-1	0,2	0,2

* Fonte: Anuário Estatístico da USP 2008

tado pelo colegiado competente, a USP escolhe sua lista tríplice em votações indiretas, em dois turnos, com colégios eleitorais diferentes, que não reproduzem a composição da universidade.

Comparação

O primeiro turno do procedimento estatutário de escolha de reitor, ocorrido no último dia 20/10, não respei-

tou o resultado da Eleição Democrática promovida pela Adusp, entre os docentes (tabela 2), e pela APG, entre os estudantes de pós graduação. As entidades representativas de funcionários técnico-administrativos e de estudantes de graduação, Sintusp e DCE, respectivamente, com base em decisões de suas assembleias, optaram por outros procedimentos.

Tabela 2 – resultados da Eleição Democrática e do "colegião"

	Eleição democrática	Colégio eleitoral (1º turno)
Francisco Miraglia	1º (478)	4º (295)
Glaucius Oliva	2º (174)	1º (756)
Sonia Penin	3º (142)	5º (272)
João Grandino Rodas	4º (126)	2º (643)
Wanderley Messias da Costa	5º (57)	7º (167)
Francisco de Oliveira	6º (56)	-
Armando Corbani	7º (55)	3º (423)
Ruy Alberto Corrêa Altafim	8º (37)	6º (202)
Sylvio Sawaya	9º (30)	8º (69)

No "colegião" vota-se em até 3 nomes, enquanto na Eleição Democrática vota-se em um único nome.

No primeiro turno, votaram 1.641 membros do colégio eleitoral, composto por 1.925 integrantes, dos quais 1.673 são docentes — e 51% destes são professores titulares (MS-6). A comparação com a distribuição dos professores, por categoria, está na tabela 1. Com essa composição, não há como considerar representativa do corpo docente ou da Universida-

de qualquer votação desse Colégio Eleitoral. O que se pode dizer, então, do segundo turno que está por vir, no próximo dia 10/11, no qual acentua-se o peso dos professores titulares, em detrimento das outras categorias? A distorção é ainda mais profunda no que se refere à representação dos funcionários técnico-administrativos e dos estudantes.

Como já reiteramos, a Adusp, a partir das deliberações de sua Assembleia Geral, conclama os docentes, membros do colégio eleitoral do segundo turno, a votar no professor Francisco Miraglia, candidato vencedor na Eleição Democrática promovida pela Adusp entre os docentes da universidade, nos dias 14 e 15/10, mesmo procedimento adotado em processos anteriores.



Universidade pública *versus* mercado foi uma das polêmicas centrais em debate sobre EàD em Bauru

Bahiji Haji/Fórum das Seis

No dia 21/10, teve início em Bauru, no campus da Unesp, o “I Fórum de Debates sobre EàD”. A atividade é fruto do acordo firmado entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em junho, durante as negociações da data-base 2009, de estimular na comunidade universitária a reflexão sobre o ensino à distância e o projeto Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), consórcio criado pelo governo paulista em 2008 e que envolve a Unesp, a Unicamp e a USP, o Centro Paula Souza e demais instituições públicas, como Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) etc.

Este primeiro encontro teve como tema central “EàD: Por que e para quem? Limites e possibilidades”. Pelo Fórum, debateram os professores César Augusto Minto (USP) e Maria Aparecida Segatto Muranaka (Unesp); pelo Cruesp, os professores José Armando Valente (Unicamp) e Cleide Mara Ribeiro Souza (Núcleo de Tecnologia Educacional de Morrinhos-GO).

Compareceram ao debate cerca de 120 pessoas — estudantes, professores e funcionários, oriundos da USP, Unicamp, Unimep de Piracicaba e dos campi da Unesp de Assis, Bauru, Marília e Rio Claro. O evento teve transmissão ao vivo pela Internet, inclusive com o recebimento de perguntas.

Mediação

O professor Valente iniciou sua exposição conceituando EàD como uma modalidade de educação na qual a mediação didático-pedagógica ocorre por meio de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Ele destacou a existência de três tipos de abordagem: a que se baseia no autodidatismo (com material de apoio e sem

interação, no estilo “Telecurso 2000”); a que promove a virtualização da sala de aula tradicional (o professor dissemina a informação e utiliza material instrucional, mas a interação é pequena); e a que se ancora na mediação de educadores preparados (que estimulam o “estar junto virtual”).

O professor da Unicamp defendeu o terceiro tipo de abordagem e detalhou o que seria “estar junto virtual”: a combinação de atividades presenciais com plataformas on-line, nas quais o aprendiz tem a oportunidade de descrever suas indagações ao professor e compartilhá-las com uma rede de pessoas. Para ele, isso significa que o professor tem “voz” e pode “ouvir” o estudante. “É óbvio que não dá para fazer um sistema como esse em massa e sim, no máximo, com 20 ou 25 alunos por instância de aprendizes”, frisou.

Em sua exposição inicial, o professor César Minto procurou destacar as principais características que têm marcado o uso de EàD no país: a formatação de cursos modulares; a oferta de cursos aligeirados; os períodos qualificados como presenciais resumem-se, geralmente, ao encontro de estudantes com monitores e/ou tutores; precarização do trabalho docente, com a substituição deste profissional por monitores ou tutores temporários; fragmentação dos processos de ensino e de aprendizagem: quem planeja e monta o curso não é a mesma pessoa que o aplica e nem a que o avalia.

Minto também procurou desfazer a relação automática entre ensino à distância e tecnologias de informação e comunicação (TIC). “Todo aquele que critica essa relação, procurando delimitar seu alcance, é tachado de obsoleto, um

‘dinossauro’, como se tais tecnologias só pudessem ser usadas desta forma”.

Novo conceito

A professora Cleide centrou a exposição na descrição de suas experiências com a formação continuada de professores da rede pública de Goiás. Para ela, o EàD estabelece um novo conceito de espaço e tempo. “Em muitos casos, o tempo necessário é até maior do que o despendido na educação presencial, dependendo do ritmo do aluno”. A docente contou que o maior problema enfrentado em sua experiência com EàD é cultural: “As pessoas têm a idéia de que um curso à distância é necessariamente fácil, mas essa confusão se desfaz após o início da atividade”.

A professora Maria Aparecida citou o notório crescimento do EàD nas instituições privadas de ensino superior. Em 2000, havia sete instituições credenciadas pelo MEC; em 2007, já eram 97 instituições (ofertando 408 cursos), o que significa um crescimento de 1.385%.

Ela também destacou o bom do ensino superior privado. Na lista das 15 maiores ins-



Realizado na Unesp, debate reuniu 120 pessoas

tuições em número de estudantes, a USP aparece apenas em sexto lugar e a Unesp em nono. “Se crescemos tanto em oferta de ensino superior, por que o EàD?”, questionou. Para Maria Aparecida, a resposta é simples: parte considerável dos estudantes não pode mais pagar as mensalidades dos cursos presenciais. “Para essa clientela pobre, o EàD surge como uma alternativa mais barata e, de quebra, com maior facilidade de tempo”.

A docente da Unesp dedicou boa parte de sua explanação à crítica do uso de EàD na formação inicial, sobretudo de professores. Ela enfatizou que, neste caso, não se trata somente de exigir qualidade nas

graduações à distância. “Com qualidade ou não, não podemos aceitar uma formação inicial que não seja presencial. Vida e ser humano são históricos e sua construção se dá na relação com o outro. E é na educação presencial que a troca é possível”, pontuou.

“Achar que um professor possa ser formado à distância é uma irresponsabilidade do ponto de vista de política pública sobre formação de professores e pode comprometer a educação de várias gerações”, completou Minto. Ele lançou um desafio aos defensores do EàD na formação inicial: “Será que deixariam seus filhos serem educados por um professor formado à distância?”

Próximos debates

“Faltam professores para a Educação Básica? EàD é a solução?”
11/11/2009, das 14 às 18h, em Campinas (Unicamp).

Debatedores: Bernardete Gatti, Ivany Rodrigues Pino, Maria Elizabeth B. de Almeida e Otaviano Augusto Helene.

“É possível formar bons profissionais para o país via EàD?”
02/12/2009, das 14 às 18h, em São Paulo (USP).

Debatedores: Edmundo Fernandes Dias, Klaus Schlünzen Junior, Manoel Oriosvaldo de Moura e Sueli Guadalupe de L. Mendonça.

Ambos serão transmitidos pela Internet. Mais informações nos sites das instituições, respectivamente www.unicamp.br e www.usp.br/prg

Denúncia de plágio contra grupo de pesquisa da reitora

Pesquisadora do Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a professora Ângela Hampshire Lopes encaminhou à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP uma denúncia de plágio contra um grupo de pesquisadores do qual faz parte a professora Suely Vilela. A reitora da USP é co-autora de um artigo científico que reproduz, sem citar a fonte, material originalmente publicado, cinco anos antes, por um grupo de pesquisa liderado pela professora Ângela Lopes. Uma sindicância foi aberta para apurar o caso.

O artigo contestado, que foi publicado em 2008 na revista *Biochemical Pharmacology* (edição 76), reproduz três imagens colhidas em microscópio eletrônico idênticas às que constam de um outro artigo, publicado em 2003 na revista *Antimicrobial Agents and Chemotherapy* (v. 47, nº 6), por Ângela Lopes e seu grupo. Além disso, algumas passagens do artigo de 2008 são quase integralmente copiadas do artigo de 2003. Não há qualquer referência ao trabalho anterior e aos seus autores.

A professora Ângela Lopes declarou ao *Informativo Adusp* que prefere não comentar o caso, que está sendo “devidamente tratado pelas instâncias superiores da USP”, segundo ela. “Meu grupo e eu decidimos esperar os desdobramentos naturais do caso, confiando plenamente no bom senso e na lisura do processo em questão”, disse a docente da UFRJ.

“Confusão”

O coordenador do grupo acusado de plágio é o professor Andreimar Soares, que pertence à Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, mesma unidade de Suely. “Deixo claro que não houve plágio, e sim que ocorreu um lamentável erro de substitui-

ção de figuras pela minha ex-aluna de doutorado”, declarou Soares ao *Informativo Adusp*. Ele atribuiu o problema a uma “confusão da minha orientada, Carolina D. Sant’Ana, em meados de 2007”. Carolina é co-autora do artigo em questão.

De acordo com Soares, seus alunos são incentivados a complementar “suas discussões e apresentações com os trabalhos correlacionados, apresen-

em desenvolver pesquisa com seriedade e de boa qualidade”.

A professora Suely Vilela esquivou-se de responsabilidades no caso: “O trabalho mencionado é resultado da tese de doutorado da aluna Carolina Dalaqua Sant’Ana, que foi orientada pelo professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Andreimar Martins Soares”, declarou ao *Informativo*

mento esta situação”.

Retirada

Nos currículos Lattes de Soares, de Suely e de Carolina, foi retirada a menção ao artigo objeto da acusação de plágio, “Antiviral and antiparasite properties of an L-amino acid oxidase from the Snake *Bothrops jararaca*: Cloning and identification of a complete cDNA sequence”. Nos três

pesquisa em andamento, Suely respondeu: “Possuo um laboratório de pesquisa com boa infraestrutura física e de recursos humanos, inclusive pós-doutores. Além disso, a tecnologia da informação me permite manter contato com pesquisadores, pós-graduados e técnicos de nível superior de forma eficiente e ágil, o que me possibilita conciliar atividades administrativas e de pesquisa científica”.

Figuras

As imagens (A), (D) e (E) da Figura 3 do artigo de 2003 correspondem respectivamente as imagens (A), (B) e (C) da Figura 3 do artigo de 2008, no qual foram suprimidas as imagens (B) e (C) da seqüência original.

A seqüência de imagens publicada no artigo de Ângela Lopes e outros, “Antileishmanial Activity of a Linalool-Rich Essential Oil from *Croton cajucara*”, mostra a ação de óleo essencial rico na substância linalol, extraído de folhas da planta *Croton cajucara*, sobre o protozoário *Leishmania amazonensis*.

Porém, no artigo de Soares, Suely e outros, as mesmas imagens recebem legenda explicativa diferente, que informa tratar-se do efeito de L-aminoácido oxidase (LAAO) extraído da cobra *Bothrops jararaca* sobre o protozoário *Trypanosoma cruzi*.

Apesar de substância e parasita citados serem diferentes, a redação para o processo que se observa nas imagens é precisamente a mesma, como se pode comprovar no quadro da p. 4. O artigo de 2008 traz outras imagens produzidas por microscópio eletrônico que registrariam tratamento de parasitas *Leishmania amazonensis* por LAAO de jararaca (imagens D e E, figura 3), mas a explicação do que se vê ali é literalmente igual a outro trecho do artigo em 2003.

OPINIÃO DA DIRETORIA

Produtivismo desenfreado

Plágios de artigos científicos ou de qualquer outro produto cultural sempre existiram e têm sido denunciados com frequência crescente na USP, como atestam casos que acabaram ganhando as páginas da mídia nos últimos anos.

A diretoria da Adusp lamenta que tais episódios pouco contribuam para o estabelecimento de uma política mais responsável de produção científica e cultural e para o aperfeiçoamento da avaliação acadêmica. Ao contrário, o que

observamos são sinais de que a prática do *publish or perish* em nossa universidade tem se exacerbado.

Senão, vejamos: 1) a reforma na carreira docente que introduz níveis horizontais reforça a avaliação quantitativa e pouco acadêmica; 2) o produtivismo desenfreado, praticado e incentivado nos grupos de pesquisa instalados na universidade, leva nossos jovens pesquisadores a uma formação aligeirada, representada, por exemplo, pelo

encurtamento de prazos de conclusão de mestrados e doutorados; 3) o aplauso irrefletido aos *rankings* internacionais avaliza a mera contabilidade de artigos, eventos e orientações.

Longe de destacar casos individuais, condenamos esse produtivismo paradigmático da oligarquia há décadas instalada na estrutura de poder e na gestão da universidade, que tem gerado tais distorções, amparado em critérios unicamente cientométricos e burocráticos.

tando-os de forma mesclada durante seus seminários internos”, de forma paralela e comparativa. “Não houve má fé da aluna, mas durante estas apresentações ela deve ter utilizado suas figuras como exemplo de dano ao *Trypanosoma*, pois já tínhamos os resultados *in vitro* e os de *Leishmania*, e nessa provável mescla, ao invés de manter somente na discussão do seu trabalho, em algum momento estes dados foram incluídos e confundidos, ocasionando este erro absurdo”. O professor informa que “todas as medidas já estão sendo tomadas para a retratação deste grave erro junto à Editora e à comunidade científica, pois, nestes últimos 15 anos de carreira, sempre me preocupei

Adusp. “Minha colaboração com o docente é na área de isolamento e purificação de toxinas animais, matéria distinta em relação às passagens e imagens questionadas. Em face das acusações referidas, de uso indevido de obra alheia anterior, já foi instaurada a competente sindicância administrativa para apuração dos fatos”. A USP, afirma, “dispõe de instrumentos administrativos e jurídicos para conduzir o processo com total isenção”.

O *Informativo Adusp* submeteu à pesquisadora Carolina Sant’Anna as declarações de Soares e Suely. “O que o professor Andreimar comentou é o que realmente aconteceu”, disse. “Não tenho mais o que dizer... apenas la-

casos foi possível localizar as versões anteriores na memória *cash* do buscador Google, nas quais consta o artigo. “Foi uma forma de entender a gravidade do assunto e de me retratar inicialmente junto à comunidade científica até que tudo fique esclarecido”, declarou Soares sobre a retirada.

A tese de doutorado de Carolina não foi localizada no banco de dados da USP. Mas foi possível encontrar referência a ela na memória *cash* do Google: seu último registro data de 18/10.

O currículo de Suely aponta a participação da reitora em dez projetos de pesquisa em andamento. Perguntada sobre como conciliar o cargo com os diversos projetos de

COMPARE DOIS TRECHOS

Artigo de 2003

Artigo de 2008

Substâncias e parasitas diferentes, redação igual

“Untreated and treated (15.0 ng of essential oil per ml) promastigotes were observed by transmission electron microscopy, and photomicrographs of the promastigotes are shown in Fig. 3A to E, which show promastigotes with different degrees of damage. Disruption of flagellar membranes, mitochondrial swelling, and gross alterations in the organization of the nuclear and kinetoplast chromatins were detected. After 30 min in the presence of essential oil the parasites were completely destroyed.” (p. 1898)

“Untreated and treated promastigotes (*L. amazonensis*) and epimastigotes (*T. cruzi*) were observed by transmission electron microscopy. Photomicrographs of the promastigotes with different degrees of damage are shown in Fig. 3. For treated *T. cruzi* with BjarLAAO-I, disruption of flagellar membranes, mitochondrial swelling and gross alterations in the organization of the nuclear and kinetoplast chromatins were detected. After 24 h in the presence of 15 mg of BjarLAAOI, the parasites were completely destroyed (Fig. 3A–C).” (p. 283)

Imagens inéditas, explicação não

“Mitochondrial swelling and important alterations in the organization of the nuclear and kinetoplast chromatins were observed by electron microscopy when *L. amazonensis* parasites were treated for 20 to 30 min with 15.0 ng of essential oil from *C. cajucara* per ml (Fig. 3).” (p. 1900)

“Mitochondrial swelling and important alterations in the organization of the nuclear and kinetoplast chromatins were observed by electron microscopy when *L. amazonensis* parasites were treated with 5.0 mg/ml of BjarLAAO-I (Fig. 3D and E).” (p. 283)

Fundações “de apoio” continuam a enredar-se em casos rumorosos

As fundações privadas ditas “de apoio” à USP continuam envolvendo-se em casos rumorosos. A Fundação Vanzolini, que notabilizou-se, em abril último, por haver produzido para o governo do Estado (sob encomenda e a peso de ouro) livros didáticos de geografia com erros grosseiros no mapa da América Latina, agora aparece como “vítima” de um desfalque de R\$ 5,4 milhões entre 2006 e 2008, atribuído à atividade fraudulenta de um, à época, gerente financeiro da entidade.

A Promotoria de Fundações impetrou uma ação civil pública com o intuito, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, de “recuperar” para a fundação o montante subtraído. E, como reação à descoberta do desvio, a direção da entidade decidiu (ainda de acordo com a *Folha*) realizar uma “substituição preventiva” de “praticamente a totalidade dos funcionários da área contábil financeira”. Substituição “preventiva”?

Diante da complexidade do caso, o *Informativo Adusp* encaminhou à Fundação Vanzolini as seguintes questões:

“1) O principal suspeito de ter cometido a fraude, segundo o Ministério Público, é o gerente financeiro da fundação de 2004 a 2008, Luiz Roberto de Pierre. No entanto, no informe publicado em 8/10/09 no site da Fundação Vanzolini, a Diretoria afirma que a entidade foi ‘vítima de elementos externos e estranhos’. A quem exatamente a Diretoria se refere?”

“2) A Fundação Vanzolini oferece serviços de consultoria e faz propaganda de sua excelência na área de gestão. Como explicar, então, que seus gestores não tenham percebido um desvio da magnitude de 10% do orçamento anual da própria entidade, praticado anos a fio?”

“3) A Fundação Vanzolini pretende continuar ocupando dependências da Escola Politécnica?”

A resposta da direção da entidade ignora as pergun-

tas: “A Fundação Vanzolini confia no acolhimento da Ação Civil Pública impetrada pela Curadoria de Fundações do Ministério Público Paulista em co-autoria com a Diretoria da FCAV, bem como no andamento do processo de investigação da fraude de que a Fundação foi vítima, nas esferas cível e criminal.”

FIA na berlinda

A Fundação Instituto de Administração (FIA), por sua vez, voltou ao noticiário graças aos seus contestados contratos com o Ministério dos Esportes, obtidos sem licitação. Um contrato no valor de R\$ 12 milhões, firmado em 2007 e no qual a fundação recebeu a incumbência de fiscalizar as obras dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, tornou-se alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da República, em razão de várias irregularidades (*Revista Adusp* 40, p. 70). Mais recentemente, a FIA ce-

lebrou dois outros contratos com o Ministério.

Em fevereiro, o sítio especializado *Gazeta Esportiva.Net* noticiou que o advogado Alberto Murray Neto, ex-membro do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), denunciou ao TCU a existência de irregularidades nos contratos firmados entre o Ministério e a Fundação Getúlio Vargas, a FIA e a empresa EKS, para prestação de serviços de consultoria relacionados à campanha para trazer as Olimpíadas de 2016 para o Rio de Janeiro. Por este contrato, sem licitação, a FIA recebeu R\$ 12,9 milhões.

No final de setembro, celebrou-se um novo contrato, no valor de R\$ 2,058 milhões, cujo objeto é a “Prestação de serviços de consultoria para elaboração de estudos dos impactos socioeconômicos dos jogos olímpicos Rio 2016; apoio na concepção da modelagem institucional e organizacional da autoridade pública olímpica e da Agência Nacio-

nal Antidoping; apoio a estruturação da sistemática para suporte à base de prestação de contas dos convênios firmados pelo Ministério do Esporte para a candidatura Rio 2016; e a implementação e disseminação da metodologia de gerenciamento de projetos”.

Também neste caso não houve licitação, com base na alegação de que o artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 permite a dispensa de licitação quando da contratação de “instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional”, “desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos”.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da fundação, para que a entidade comentasse as questões suscitadas. “A FIA decidiu não se pronunciar sobre o assunto”, foi a resposta.

Funcionários do Instituto Butantan exigem transparência da Fundação

O desvio de R\$ 35 milhões do orçamento da Fundação Butantan e a decorrente demissão de dirigentes acusados de “gestão temerária” (Isaias Raw e Hisako Gondo Higashi) colocaram em questão, mais uma vez, o processo de privatização das instituições de ensino e pesquisa do Estado. A Fundação Butantan, entidade privada, controla o Instituto Butantan — uma instituição pública de enorme importância, responsável pela produção de soros e vacinas — sem qualquer transparência. Quem faz a acusação são os funcionários do Instituto, mobilizados após a crise que resultou na renúncia de Raw.

Os funcionários pretendem submeter ao promotor de fundações, a quem pres-

tam “irrestrito apoio” quanto às investigações dos desvios de recursos que vêm sendo realizadas, uma série de propostas com a finalidade de tornar a Fundação Butantan “mais transparente”.

Uma dessas propostas é a inclusão, no Conselho Diretor do Instituto (e por conseguinte, da fundação), de um representante dos funcionários pesquisadores e um representante dos funcionários de atividades-meio, eleitos diretamente. De acordo com os funcionários, tal medida permitirá “aumentar o diálogo entre os diferentes níveis hierárquicos da instituição, tornando mais transparentes as decisões tomadas”.

Outra mudança proposta é a “publicação, na internet, de balanços detalhados e contratos da Fundação Butantan”,

com a finalidade de “levar transparência às contas da fundação, de modo a evitar novas ocorrências” de crimes e irregularidades. “Sumiram com R\$ 35 milhões em cinco anos e nem perceberam”, protesta um funcionário que prefere não se identificar.

Repasso fixo

Os funcionários também exigem o “estabelecimento de um percentual fixo do orçamento da fundação a ser aplicado no Instituto Butantan, por exemplo, 10%”. Eles explicam que a participação da Fundação Butantan no Instituto Butantan, em 2008, foi de apenas R\$ 7.001.245,54, ou 2,3% da receita total de R\$ 300 milhões.

“Ou seja, a participação efetiva da Fundação no Instituto é irrisória”. Ainda segundo os

funcionários, a Fundação recebe grande quantidade de produtos e informações provenientes das atividades do Instituto: antígenos (venenos de cobras, aranhas e escorpiões); animais do biotério central; cessão de grandes áreas de terreno para construção de fábricas; geração e transferência de conhecimento a ser aplicado na produção de soros e vacinas decorrentes de pesquisas realizadas em laboratórios do Instituto Butantan. “Isso sem falar na própria ‘marca’ Butantan, que tem um valor implícito enorme”.

Assim, dizem os trabalhadores, a transferência de 10% dos recursos obtidos pela Fundação seria uma contrapartida aos serviços fornecidos pelo Instituto. O estabelecimento de um percentual garanti-

ria um fluxo contínuo de recursos a serem aplicados na modernização das instalações do Instituto, a grande maioria comprometida por infiltrações e vazamentos.

Ainda de acordo com eles, “não adianta comprar equipamentos caríssimos e depois perdê-los devido à precariedade das instalações”. O montante desviado, argumentam, seria suficiente para resolver “o problema crônico das instalações físicas do Instituto”. Eles também denunciam o fato de que a entidade privada apoderou-se de um dos prédios do Instituto.

O *Informativo Adusp* encaminhou perguntas ao novo presidente da Fundação Butantan, José Guedes. Não houve retorno até o fechamento desta edição.

Proifes tenta confundir a categoria, acusa Andes-SN

A direção do Andes-Sindicato Nacional emitiu nota em que critica a tentativa do Proifes de constituir-se como entidade sindical representativa dos docentes das universidades federais. “Desde que apresentou seu pedido de registro sindical no Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), publicado em 30/6/09 e já devidamente impugnado pelo Andes-SN, o Proifes tem procurado confundir a categoria fazendo sucessivos anúncios ou referências à ‘publicação do registro sindical do Proifes’, a fim de passar uma idéia de legitimidade e de legalidade que absolutamente não detém”, afirma o Andes-SN.

Segundo a direção do Sindicato Nacional, esse intuito do Proifes evidencia-se na ação judicial com a qual essa entidade busca anular, no STJ, o ato de 5/6/09 em que o ministro Carlos Lupi

restabeleceu o registro do Andes-SN em todo o território nacional. Nessa ação, cuja liminar foi indeferida pelo STJ, seus advogados reconhecem que o impetrante (Proifes) “é uma entidade associativa dos professores do Ensino Superior Público Federal com representação nacional com pedido de Registro Sindical junto ao MTE...” e afirmam que o “impetrante estará fadado a não ter sua representação em razão de ato ilegal da autoridade coatora, que na prática instituiu uma representação no mesmo nível do impetrante, que fatalmente vai colidir com o princípio da unicidade”.

Para o Andes-SN, essas assertivas demonstram com clareza “que o Proifes sabe que não é uma entidade sindical e que sua pretensão de vir a sê-lo esbarra em vícios e ilegalidades” e “no fato de

o Andes-SN deter a representação da categoria dos docentes das instituições de ensino superior em todo o território nacional, e em todas as instituições federais de ensino superior”.

Ainda de acordo com a direção do Andes-SN, “os agentes do Proifes têm procurado, de todas as formas, induzir a categoria a uma compreensão equivocada de sua legalidade, isso em todos os locais onde, de modo absolutamente aético, têm se utilizado de diretorias ou diretores de seções sindicais do Andes-SN para confundir os docentes, a fim de desconstituir essas seções sindicais, e para em seu lugar procurar legitimar sindicatos locais, de base municipal ou estadual”.

Mediação

A Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do MTE pro-

moveu em 28/10 uma reunião de mediação com o Andes-SN e o Proifes, convocada nos termos da portaria MTE-186 de 10/4/08, que prevê esse tipo de procedimento nos casos de impugnações de pedidos de registro sindical, visando uma autocomposição para solução dos conflitos.

Iniciada a reunião, o secretário Luiz Antonio de Medeiros, da SRT, destacou que o procedimento em curso pressupunha clareza e transparência na conduta das partes. Ele manifestou preocupação com o fato de existirem duas ações judiciais em curso: uma por iniciativa do Andes-SN e outra, recém conhecida pelo MTE, de iniciativa do Proifes, contra o ato que restabeleceu o registro do Andes-SN. Ele criticou o fato de o Proifes não haver informado a existência da ação no curso das tratativas para a reunião.

O presidente do Proifes procurou se justificar alegando que haviam tomado essa medida por orientação de seus advogados, face à proximidade do prazo limite para contestar no Superior Tribunal de Justiça o ato promulgado em favor do Andes-SN. Medeiros, porém, reiterou que o fato deveria ter sido informado pelo Proifes e que esperava clareza das partes quanto aos seus encaminhamentos e posições.

O presidente do Andes-SN, por seu turno, frisou que a ação de iniciativa do Sindicato pela anulação dos atos constitutivos do Proifes era de conhecimento público desde 2008, e foi impetrada em razão de ilegalidades cometidas pelo Proifes na “malfadada simulação de assembléia” ocorrida em setembro daquele ano.

Não houve acordo na reunião.

Ação do Gatilho: será que agora vai?

No início desta semana, a Adusp recebeu um grande número de mensagens e telefonemas solicitando informações sobre a reunião com a Reitoria, ocorrida no dia 23/10, a respeito da ação do gatilho. Em resposta a estas solicitações, reproduzimos a seguir a ata da referida reunião.

Ata da reunião da Reitoria com a Adusp sobre a Ação do Gatilho (23/10/2009)

1) Sobre a lista de beneficiários

A USP manifestou concordância com o pedido da Adusp ao juiz para que seja dado prosseguimento à execução da sentença para a lista incontroversa de beneficiários da ação do gatilho, constituindo-se um apartado com os demais nomes da lista inicial sobre os quais há divergência quanto ao direito ao benefício.



Américo Kerr

Reunião de 23/10 entre a Reitoria e representantes da Adusp

2) Sobre a execução da sentença

A Adusp e a USP concordaram em que se inicie a execução da sentença com as parcelas sobre as quais não haja divergência (parcelas incontroversas), correspondentes ao ano de 1987, prosseguindo a execução em separado em re-

lação aos pontos discordantes.

3) Próxima reunião

A Reitoria deverá agendar nova reunião para:

3.1 Definir a metodologia de cálculo das parcelas incontroversas devidas em 1987.

3.2 Iniciar a discussão sobre os casos controver-

sos de beneficiários.

Participantes

Pela Reitoria: o Vice-Reitor Prof. Franco Lajolo, Paulo Roberto da Silva, do DRH e os procuradores Ana Maria da Cruz e Alberto Aparecido Gonçalves de Souza.

Pela Adusp: os Professores Marco Brinati, Marcos Maga-

lhães, Américo Sansigolo Kerr, Suzana Salem Vasconcelos, a advogada Ana Luíza Simoni Paganini e o advogado José Roberto Manesco.

Ressaltamos que, estabelecida a metodologia de cálculo das parcelas incontroversas, a determinação do montante devido depende da evolução salarial, durante o ano de 1987, de cada beneficiário. A Adusp solicitou judicialmente, em janeiro de 2009, que a USP fornecesse estas informações. Tal solicitação foi reiterada em abril e em agosto de 2009. Nesta última reunião, os procuradores da Reitoria afirmaram que ainda não haviam sido notificados sobre essas petições, mas que, ainda assim, estavam preparando esses dados.

A ação do gatilho foi ganha há oito anos e meio. Não era para essas informações já estarem disponíveis?!

Confira a nova edição da Revista Adusp

Já está circulando a Revista Adusp 45. A nova edição traz uma série de reportagens de balanço da gestão da reitora Suely Vilela. A crescente relação da universidade com o Banco Santander, Ação do Gatilho e reforma da carreira docente estão entre os assuntos em pauta. Além da retrospectiva 2006-2009, a revista traz artigos sobre a questão do produtivismo e mantém viva a memória da Operação Condor, dos crimes de maio em retaliação aos ataques do PCC e da perseguição da Aeronáutica aos trabalhadores militares do controle de voo.

Carreira docente: ações permanecem em trâmite

As 16 ações judiciais ingressadas contra a alteração da carreira docente, aprovada durante a sessão do Conselho Universitário (Co) de 04.03.2009 (Resolução 5.529/09), permanecem em trâmite. Três dessas ações tiveram sentenças e foram julgadas improcedentes (em primeira instância), entre elas a ação à qual havia sido concedida a medida liminar, que suspendia os efeitos da referida votação do Co.

Em uma dessas sentenças, o juiz entendeu que, em que pese a irregularidade da representação do professor Ricardo Cunha Lima na votação, não teria havido prejuízo à Administração, pois o erário público não teria sido onerado. Como se

prejuízo fosse exclusivamente uma questão de gastos e despesas!

Nas outras duas ações, inclusive aquela sobre a qual pesava a medida liminar concedida até então, os juízes decidiram com o olhar estreito da formalidade, alegando que os autores, um deles, professor titular, e o outro, aposentado, não gozariam de interesse na causa já que a eles não mais interessaria a ascensão na carreira. Pior ainda, em um desses processos o juiz alegou que o ato administrativo atacado na ação foi aprovado por larga maioria, o que lhe conferiria legitimidade! Provavelmente não leu o processo com atenção, já que a proposta de

mudança na carreira foi aprovada com o número mínimo de votos necessários.

Norma ilegal

Convém, entretanto, destacar que em todas essas ações o Ministério Público de São Paulo elabora parecer opinativo sobre o processo — e em várias delas, inclusive aquela na qual havia liminar, opinou pela parcial procedência da ação no seu mérito, reconhecendo a ilegalidade do artigo 10 da Resolução 5.529/09, por meio do qual o Co delega a uma comissão a elaboração dos critérios de promoção nos níveis horizontais da carreira — desse modo, driblando a exigência de maioria qualificada do Co para sua aprovação.

Tal norma, afirma o Ministério Público em diversas manifestações, é ilegal. Mas até o momento os juízes que sentenciaram não lhe deram ouvidos.

Também é importante lembrar que a Adusp propôs uma ação cautelar visando que a universidade apresente todos os documentos relativos à reunião do Co em 4/3/09, incluindo-se atas, cédulas e contagem de votos, listagem de presença, gravações da reunião. A USP já foi citada (processo 053.09.028971-7, da 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo) e o prazo para apresentar sua contestação deve se esgotar no final de novembro.